



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

## LEI Nº 1.818

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, PARA O EXERCÍCIO DE 1989.

LUIZ DE AMOEDO CAMPOS NETTO, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º) O orçamento geral do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 1989, estima a receita e fixa a despesa em Cz\$ 6.485.900.000,00 (seis bilhões, quatrocentos e oitenta e cinco milhões e novecentos mil cruzados), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Art. 2º) A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo nº 2, da Lei nº 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

#### Receitas Correntes

Receita Tributária.....	
681.500.000,00	
Receita Patrimonial.....	
136.800.000,00	
Transferências Correntes.....	
4.512.300.000,00	
Outras Receitas Correntes.....	
102.000.000,00	5.432.600.000,00

#### Receitas de Capital

Operações de Crédito.....	
500.000.000,00	
Alienações de Bens.....	
300.000,00	
Transferências de Capital.....	
553.000.000,00	1.053.300.000,00
	6.485.900.000,00

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Receitas Correntes	1.118.000.000,00	
Receitas de Capital	30.000.000,00	1.148.000.000,00
TOTAL DA RECEITA		7.633.900.000,00

Art. 3º) A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos e de acordo com o seguinte desdobramento:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

## DESPESAS POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

00 - Câmara Municipal.....	360.000.000,00	
01 - Gabinete do Prefeito.....	200.000.000,00	
02 - Depto. Plan. Coordenação.....	20.000.000,00	
03 - Depto. Jurídico.....	10.800.000,00	
04 - Depto. Administração.....	73.000.000,00	
05 - Depto. Finanças.....	72.000.000,00	
06 - Depto. Rec. Materiais.....	107.000.000,00	
07 - Depto. Obras e Viação.....	944.400.000,00	
08 - Depto. Serv. Municipais.....	775.300.000,00	
09 - Depto. Saúde, Contr.M.Ambiente	1.331.500.000,00	
10 - Depto. Agric. Abastecimento...	60.000.000,00	
11 - Depto. Educação e Cultura.....	982.000.000,00	
12 - Depto. Esp., Lazer e Turismo..	188.800.000,00	
13 - Depto. Promoção Social.....	276.600.000,00	
14 - Brigada de Incêndio.....	35.400.000,00	
15 - Guarda Municipal.....	49.100.000,00	
16 - Encarg. Gerais do Município...	1.000.000.000,00	6.485.900.000,00

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA..... 1.148.000.000,00

TOTAL GERAL DA DESPESA POR ÓRGÃO DA ADMINIS-  
TRAÇÃO..... 7.633.900.000,00

## DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 - Legislativa.....	360.000.000,00	
03 - Administ. e Planejamento.....	1.219.100.000,00	
04 - Agricultura.....	53.700.000,00	
06 - Def. Nacional e Seg. Pública..	84.500.000,00	
08 - Educação e Cultura.....	1.168.800.000,00	
10 - Habitação e Urbanismo.....	1.653.700.000,00	
11 - Ind., Com. e Serviços.....	2.000.000,00	
13 - Saúde e Saneamento.....	33.000.000,00	
15 - Assist. e Previdência Social..	1.845.100.000,00	
16 - Transporte.....	66.000.000,00	6.485.900.000,00

### ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

13 - Saúde e Saneamento..... 1.148.000.000,00

TOTAL GERAL DA DESPESA POR FUNÇÕES DO GOVERNO ..... 7.633.900.000,00

Art. 4º) Fica o Poder Executivo auto-  
rizado a:

a) realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos do art. 67, da Emenda Constitucional nº 1/69;

b) abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) do total do orçamento da despesa, nos termos do art. 7, da Lei nº 4.320/64;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO — BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

- c) movimentar as dotações de pessoal, atribuídas às diversas unidades orçamentárias, observados os respectivos elementos, na conformidade do art. 66, da Lei nº 4.320/64.

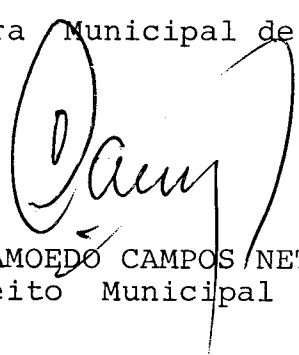
Art. 5º) A execução da despesas variável depende do comportamento efetivo da receita, ficando o Poder Executivo autorizado a aprovar, por decreto, um plano de contenção das despesas, até o limite de 30% (trinta por cento).

Parágrafo Único - Se, no decurso do exercício, a arrecadação atingir os níveis previstos na presente lei, poderão ser liberadas, proporcionalmente, por decreto do Executivo, as dotações incluídas no plano de contenção.

Art. 6º) Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1989.

Art. 7º) Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim,  
aos 21 de novembro de 1988.

  
LUIZ DE AMOEDO CAMPOS NETTO  
Prefeito Municipal

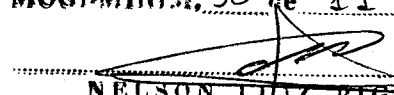
Publicação:-

Certifico que mandei publicar

o(a) Lei nº 1818 no jornal

"A Comarca" 30.11.88

MOGI-MIRIM, 30 de 11 de 1988

  
NELSON LUIZ PIGOZZI  
Chefe do Serviço de  
Expediente e Registro  
Gab. Prefeito